PODER LEGISLATIVO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 13/2024

AUTORES:DEFENSORIA PÚBLICA

EMENTA:

OFÍCIO Nº 303/24 - ALTERA DISPOSITIVO DA LEI COMPLEMENTAR N°136, DE 19 DE MAIO DE 2011, QUE ESTABELECE A LEI ORGÂNICA DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº _____/2024

Altera dispositivo da Lei Complementar nº 136, de 19 de maio de 2011, que estabelece a Lei Orgânica da Defensoria Pública do Estado do Paraná

Art. 1º O art. 145 da Lei Complementar nº. 136 de 19 de maio de 2011 passa a vigorar com a seguinte redação:

> **"Art. 145** O subsídio dos membros da Defensoria Pública do Estado do Paraná guardará a diferença de uma para outra categoria da carreira, de forma decrescente, a partir do fixado para o cargo de Defensor Público de Classe Especial:
>
> I - a partir de 01/12/2025, com diferença de 7,5% entre cada uma das categorias da carreira;
>
> II - a partir de 01/12/2026, com diferença de 5% entre cada uma das categorias da carreira".

Art. 2º A aplicação das alterações fixadas no art. 1º desta Lei e a implementação em folha de pagamento ficam condicionadas à disponibilidade orçamentária e financeira e às disposições da Lei Complementar Federal nº. 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão à conta de dotação orçamentária própria.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

MATHEUS CAVALCANTI MUNHOZ:36017838865

Assinado de forma digital por MATHEUS CAVALCANTI MUNHOZ:36017838865
Dados: 2024.11.28 18:02:09 -03'00'

MATHEUS CAVALCANTI MUNHOZ

Defensor Público-Geral do Estado do Paraná

JUSTIFICATIVA

Trata-se de Anteprojeto de Lei que visa reduzir a diferença percentual entre os subsídios recebidos pelas categorias de membros/as da Defensoria Pública do Paraná, a fim de promover maior equidade e reduzir a evasão de Defensoras e Defensores que prestam atividades em favor da população hipossuficiente do Estado.

É preciso referir que, antes mesmo da pandemia, a Defensoria Pública já possuía considerável demanda, com crescimento exponencial do número de atos praticados no estado (audiências, atendimentos, petições iniciais, ações coletivas, orientações jurídicas, etc). Após o período pandêmico, o quantitativo de pessoas em situação de vulnerabilidade aumentou de forma significativa, de modo que a procura dos serviços de assistência jurídica prestados gratuitamente ao povo paranaense cresceu, tanto no aspecto individual quanto no coletivo.

Além disso, deve-se destacar que a atuação da DPE-PR não é só judicial e contenciosa. Pelo contrário, sempre é priorizada a solução amigável dos conflitos; na área da saúde, priorizando a atuação extrajudicial junto às Secretarias de Saúde para obtenção de medicamentos e procedimentos e evitando mais despesas para o Estado com a judicialização; na área da infância e juventude, auxiliando no processo de reabilitação familiar; na área da educação, pleiteando vagas em creches; sempre mediante articulação e diálogo com a finalidade de resolver satisfatoriamente o conflito. O reconhecimento da relevância da função exercida pelos defensores e defensoras é também o reconhecimento da importância e impacto em favor dos próprios destinatários do serviço, ou seja, a população de baixa renda.

Nesse sentido, promover a repactuação dos subsídios, incentivando a redução da evasão da carreira, permite que a prestação do serviço em favor da população hipossuficiente do Estado se dê de forma cada vez mais eficiente, reduzindo os riscos de descontinuação.

Certo de que a medida merecerá desta Assembleia Legislativa o necessário apoio, e por representar medida institucional que promove maior eficiência, requer-se a apreciação e a aprovação do presente Projeto de Lei.

Renovo, na oportunidade, os protestos de alta estima e consideração.

Atenciosamente,

MATHEUS CAVALCANTI MUNHOZ
Defensor Público-Geral do Estado do Paraná

MATHEUS CAVALCANTI MUNHOZ:36017838865

Assinado de forma digital por MATHEUS CAVALCANTI MUNHOZ:36017838865
Dados: 2024.11.28 18:02:46 -03'00'

ESTIMATIVA DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO

Primeiramente, cumpre informar que o presente Anteprojeto não ocasiona qualquer impacto orçamentário imediato, haja vista que as medidas adotadas não tratam de criação de despesa automática, estando a implementação condicionada à disponibilidade orçamentária e financeira da Instituição.

No entanto, apesar de não trazer impacto orçamentário automático e imediato, o presente Anteprojeto possui potencial impacto. Desta forma, em cumprimento à Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, a Defensoria Pública informa que de acordo com os cálculos realizados, o impacto poderá atingir, no ano de 2025, a despesa estimada de até R$ 551.803,42 (quinhentos e cinquenta e um mil, oitocentos e três reais e quarenta e dois centavos) para o exercício 2025, aproximadamente R$ 3.662.832,28 (três milhões, seiscentos e sessenta e dois mil, oitocentos e trinta e dois reais e vinte e oito centavos) para o exercício 2026, e aproximadamente R$ 6.299.335,64 (seis milhões, duzentos e noventa e nove mil, trezentos e trinta e cinco reais e sessenta e quatro centavos) para o exercício 2027.

Assim, considerando que a implementação dependerá condicionalmente da disponibilidade orçamentária e financeira do próprio órgão, entende-se que o presente Anteprojeto possui adequação com a lei orçamentária vigente e compatibilidade com o Plano Plurianual.

Aproveito o ensejo para renovar meus protestos na mais elevada estima e consideração.

MATHEUS CAVALCANTI MUNHOZ:36017838865

Assinado de forma digital por MATHEUS CAVALCANTI MUNHOZ:36017838865
Dados: 2024.11.28 18:03:20 -03'00'

MATHEUS CAVALCANTI MUNHOZ

Defensor Público-Geral do Estado do Paraná

DECLARAÇÃO DO ORDENADOR DE DESPESA

Para a implementação dos avanços propostos, conforme determina o inciso II do art.16 da Lei Complementar Federal n.º 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), declaro que as despesas decorrentes do anteprojeto de lei apresentam adequação orçamentária e financeira com o orçamento da Defensoria Pública do Estado do Paraná para o exercício de 2024, conforme contido na Lei Orçamentária n.º 21.862, de 18 de dezembro de 2023, e compatibilidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, aprovada pela Lei n.º 21.587, de 27 de junho de 2023, e com o Plano Plurianual - PPA, aprovado pela Lei n.º 21.861, de 18 de dezembro de 2023, para o período de 2024 a 2027.

MATHEUS CAVALCANTI MUNHOZ:36017838865

Assinado de forma digital por MATHEUS CAVALCANTI MUNHOZ:36017838865
Dados: 2024.11.28 18:03:52 -03'00'

MATHEUS CAVALCANTI MUNHOZ
Defensor Público-Geral do Estado do Paraná

ANEXO

IMPACTO FINANCEIRO

DESPESAS ORIGINAL			
	2025	**2026**	**2027**
PESSOAL E ENCARGOS	92.412.289,54	96.030.360,78	96.860.093,06
OUTRAS DESPESAS CORRENTES COM PESSOAL	5.741.061,58	5.773.763,87	5.819.371,29
TOTAL - FINANCEIRO	98.153.351,12	101.804.124,65	102.679.464,35

DESPESAS 2025-2026			
	2025	**2026**	**2027**
PESSOAL E ENCARGOS	92.964.092,96	98.584.200,92	96.860.093,06
OUTRAS DESPESAS CORRENTES COM PESSOAL	5.741.061,58	5.773.763,87	5.819.371,29
TOTAL - FINANCEIRO	98.705.154,54	104.357.964,79	102.679.464,35

DESPESAS 2026-2027			
	2025	**2026**	**2027**
PESSOAL E ENCARGOS	92.412.289,54	97.139.412,92	103.159.428,70
OUTRAS DESPESAS CORRENTES COM PESSOAL	5.741.061,58	5.773.763,87	5.819.371,29
TOTAL - FINANCEIRO	98.153.351,12	102.913.176,79	108.978.799,99

QUADRO RESUMO REPERCUSSÃO ANUAL

ANO	VALOR
2025	R$ 551.803,42
2026	R$ 3.662.892,28
2027	R$ 6.299,335,64

Ofício nº 303/2024/GAB/DPG/DPE-PR

Curitiba, 28 de novembro de 2024.

A Sua Excelência
Deputado Ademar Traiano
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Nesta

Assunto: ***Encaminha Projeto de Lei Complementar que altera dispositivo da Lei Complementar Estadual nº 136 de 19 de maio de 2011 .***

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência Anteprojeto de Lei Complementar que objetiva alterar dispositivo da Lei Orgânica da Defensoria Pública do Estado do Paraná.

A **iniciativa de lei** escora-se no §4° do art. 134, c.c. a alínea "b" do inciso II do art. 96 da Constituição da República, restando a incompatibilidade da Constituição Estadual como mera questão de inadequação temporal a ser oportunamente corrigida, conforme já expressamente reconhecido pelo Supremo Tribunal Federal (ADI 5217/PR).

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os protestos de apreço e consideração.

Cordialmente,

MATHEUS CAVALCANTI MUNHOZ:36017838865
Assinado de forma digital por MATHEUS CAVALCANTI MUNHOZ:36017838865
Dados: 2024.11.28 18:00:40 -03'00'

MATHEUS CAVALCANTI MUNHOZ
Defensor Público-Geral do Estado do Paraná

I - À DAP para leitura no expediente.
II - À DL para providências.
Em, 02 / 12 / 2024
Presidente

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Pc Nossa Senhora De Salete SN - Bairro Centro Cívico - CEP 80530911 - Curitiba - PR - https://www.assembleia.pr.leg.br

INFORMAÇÃO Nº 18877/2024

Informo que esta proposição foi apresentada na **Sessão Ordinária do dia 02 de dezembro de 2024** e foi autuada como **Projeto de Lei Complementar nº 13/2024 - Ofício nº 303/2024.**

Curitiba, 02 de dezembro de 2024.

Camila Brunetta
Mat. 20.373

ASSINATURA ELETRÔNICA

CAMILA BRUNETTA SILVA

Documento assinado eletronicamente em 02/12/2024, às 15:23, conforme Ato da Comissão Executiva nº 2201/2019.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://consultas.assembleia.pr.leg.br/#/documento informando o código verificador **18877** e o código CRC **1D7D3C3C1D6D3CE**

IV - ajuda de custo;(Redação dada pela Lei Complementar 180 de 15/12/2014)

~~**d)** auxílio ou vale alimentação;~~

V - auxílio funeral.(Redação dada pela Lei Complementar 180 de 15/12/2014)

~~**e)** diárias;~~(Revogado pela Lei Complementar 180 de 15/12/2014)

~~**f)** ajuda de custo;~~(Revogado pela Lei Complementar 180 de 15/12/2014)

~~**g)** auxílio funeral;~~(Revogado pela Lei Complementar 180 de 15/12/2014)

~~**II –** As vantagens indenizatórias não compõem a base contributiva para a inatividade.~~ (Revogado pela Lei Complementar 180 de 15/12/2014)

Art. 144 O subsídio dos membros da Defensoria Pública do Estado do Paraná não sofrerá descontos além dos previstos em lei, nem será objeto de arresto ou penhora, salvo quando se tratar de:

I - prestação de alimentos determinada judicialmente;

II - reposição ou ressarcimento devido à Fazenda Pública;

III - desconto facultativo, a seu próprio pedido.

§ 1º As reposições e ressarcimentos devidos à Fazenda Pública serão descontados em parcelas mensais, não excedentes da décima parte do vencimento.

§ 2º Não haverá reposição nos casos em que a percepção indevida do estipêndio tiver decorrido de ato normativo ou entendimento aprovado por órgão administrativo competente.

§ 3º O Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado regulamentará a forma da inclusão de descontos facultativos em folha de pagamento.

§ 4º O subsídio dos membros da Defensoria Pública do Estado do Paraná será pago até o 5º (quinto) dia útil do mês subseqüente a que se referir e reajustado na forma do disposto no inciso X do art. 37 da Constituição da Republica Federativa do Brasil de 1988.

~~**Art. 145** O subsídio dos membros da Defensoria Pública do Estado do Paraná guardará a diferença de 5% (cinco por cento) de uma para outra categoria da carreira, a partir do fixado para o cargo de Defensor Público de Terceira Categoria.~~

Art. 145 O subsídio dos membros da Defensoria Pública do Estado do Paraná, guardará a diferença de 10% (dez por cento) de uma para outra categoria da carreira, a partir do fixado para o cargo de Defensor Público de Classe Especial. (Redação dada pela Lei Complementar 218 de 28/11/2019)

Seção I
Das Diárias

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Pc Nossa Senhora De Salete SN - Bairro Centro Cívico - CEP 80530911 - Curitiba - PR - https://www.assembleia.pr.leg.br

INFORMAÇÃO Nº 18890/2024

Informo que, revendo nossos registros em busca preliminar, constata-se que a presente proposição não possui similar nesta Casa.

Curitiba, 02 de dezembro de 2024.

Danielle Requião
Mat. 20.626

ASSINATURA ELETRÔNICA

DANIELLE REQUIAO

Documento assinado eletronicamente em 02/12/2024, às 16:08, conforme Ato da Comissão Executiva nº 2201/2019.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://consultas.assembleia.pr.leg.br/#/documento informando o código verificador **18890** e o código CRC **1D7D3B3F1A6B6CB**

DESPACHO - DL Nº 11656/2024

Ciente;

Encaminhe-se à Comissão de Constituição e Justiça.

Dylliardi Alessi
Diretor Legislativo

ASSINATURA ELETRÔNICA

DYLLIARDI ALESSI

Documento assinado eletronicamente em 02/12/2024, às 18:21, conforme Ato da Comissão Executiva nº 2201/2019.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://consultas.assembleia.pr.leg.br/#/documento informando o código verificador **11656** e o código CRC **1C7F3B3E1F7F3DD**

PARECER DE COMISSÃO Nº 1054/2024

PARECER AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 13/2024

_

PLC Nº 13/2024 - Oficio n° 303/2024/GAB/DPG/DPE-PR

AUTORIA: Defensoria Pública

Altera dispositivo da Lei Complementar nº 136, de 19 de maio de 2011, que estabelece a Lei Orgânica da Defensoria Pública do Estado do Paraná.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei Complementar, de autoria da Defensoria Pública, autuado sob nº 13/2024, tem por objetivo alterar dispositivos da Lei Complementar n° 136, de 19 de maio de 2011, que estabelece a Lei Orgânica da Defensoria Pública do Estado do Paraná, para reduzir a diferença percentual entre os subsídios recebidos pelas categorias de membros/as da Defensoria Pública do Paraná, a fim de promover maior equidade e reduzir a evasão de Defensoras e Defensores que prestam atividades em favor da população hipossuficiente do Estado.

_

FUNDAMENTAÇÃO

–

Prefacialmente, destaque-se que o art. 41 do RIALEP atesta as competências da presente comissão que em suma se concretiza em emitir parecer quanto à constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural das proposições.

Mencionada a competência desta Comissão para a emissão de pareceres técnicos sobre as proposições, passa-se a analisar os demais elementos necessários.

Quanto à competência para a propositura de projetos, verifica-se que a proposição encontra amparo no art. 162, inciso VII, do RIALEP, que garante a iniciativa de projetos à Defensoria Pública.

O Projeto de Lei Complementar em questão tem por finalidade alterar a Lei Complementar n° 136, de 19 de maio de 2011, que estabelece a Lei Orgânica da Defensoria Pública do Estado do Paraná, reduzir a diferença percentual entre os subsídios recebidos pelas categorias de membros/as da Defensoria Pública do Paraná, a fim de promover maior equidade e reduzir a evasão de Defensoras e Defensores que prestam atividades em favor da população hipossuficiente do Estado.

A Constituição Federal aborda a Defensoria Pública em seu art. 134, prevendo a edição de Lei Complementar para sua organização e, inclusive, assegurando sua autonomia funcional e administrativa:

> ***Art. 134.*** *A Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, na forma do inciso LXXIV do art. 5º desta Constituição Federal.*
>
> ***§ 1º*** *Lei complementar organizará a Defensoria Pública da União e do Distrito Federal e dos Territórios e prescreverá normas gerais para sua organização nos Estados, em cargos de carreira, providos, na classe inicial, mediante concurso público de provas e títulos, assegurada a seus integrantes a garantia da inamovibilidade e vedado o exercício da advocacia fora das atribuições institucionais.*

> ***§ 2º*** *Às Defensorias Públicas Estaduais são asseguradas autonomia funcional e administrativa e a iniciativa de sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias e subordinação ao disposto no art. 99, §2º.*

A Lei Complementar Federal nº 80, de 12 de janeiro de 1994, veio atender a previsão contida no §1º do artigo supracitado e, em seu Título IV, estabelece normas para a organização das Defensorias Públicas nos Estados, também assegurando sua autonomia funcional e administrativa:

> *TÍTULO IV*
>
> *Das Normas Gerais para a Organização da Defensoria Pública dos Estados*
>
> *CAPÍTULO I*
>
> *Da Organização*
>
> ***Art. 97.*** *A Defensoria Pública dos Estados organizar-se-á de acordo com as normas gerais estabelecidas nesta Lei Complementar.*
>
> ***Art. 97-A.*** *À Defensoria Pública do Estado é assegurada autonomia funcional, administrativa e iniciativa para elaboração de sua proposta orçamentária, dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, cabendo-lhe, especialmente:*
>
> ***III –*** *praticar atos próprios de gestão;*
>
> ***VI –*** *praticar atos e decidir sobre situação funcional e administrativa do pessoal, ativo e inativo da Carreira, e dos serviços auxiliares, organizados em quadros próprios;*
>
> ***VII –*** *exercer outras competências decorrentes de sua autonomia.*

No âmbito estadual, a Lei Orgânica da Defensoria Pública foi estabelecida pela Lei Complementar 136/2011, alterada pela Lei Complementar 180/2014, que em seu art. 7º reproduz o disposto no art. 97-A da Lei Complementar Federal.

Além disso, em seu art. 18, inciso XII, prevê a competência do Defensor Público-Geral do Estado para praticar atos de gestão administrativa, financeira e de pessoal:

> ***Art. 18.*** *Compete privativamente ao Defensor Público-Geral do Estado, além de outras atribuições que lhe sejam conferidas por Lei ou que forem inerentes a seu cargo:*
>
> ***XII -*** *praticar atos de gestão administrativa, financeira e de pessoal;*

Na mesma esteira o contido nos art. 7º e art. 18 da Lei Complementar 136/2011, que trouxeram a previsão de autonomia funcional, administrativa e financeira da Defensoria. Vejamos:

> ***Art. 7º*** *À Defensoria Pública do Estado do Paraná é assegurada autonomia funcional, administrativa, financeira e iniciativa para elaboração de sua proposta orçamentária, dentro dos limites estabelecidos no art. 134, §2º, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, na Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e Lei de Diretrizes Orçamentárias, cabendo-lhe especialmente:*
>
> ***Art. 18*** *Compete privativamente ao Defensor Público-Geral do Estado, além de outras atribuições que lhe sejam conferidas por Lei ou que forem inerentes a seu cargo:*
>
> ***I -*** *dirigir a Defensoria Pública do Estado do Paraná, superintender e coordenar suas atividades e orientar-lhe a atuação;*
>
> ***III -*** *velar pelo cumprimento das finalidades da Instituição;*
>
> ***XII*** *- praticar atos de gestão administrativa, financeira e de pessoal;*

O julgamento definitivo da ADI nº 5217/PR em setembro de 2023, dirimiu qualquer dúvida sobre a competência da Defensoria Pública para iniciativa privativa para instaurar processo legislativo que disponham sobre sua estrutura e organização, vejamos:

> *AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. INOVAÇÕES PROMOVIDAS NA LEI ORGÂNICA DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ. ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DEFENSORES PÚBLICOS. LEGITIMIDADE ATIVA. INICIATIVA RESERVADA DA DEFENSORIA PÚBLICA PARA*

INSTAURAR PROCESSO LEGISLATIVO QUE VENHA A DISPOR SOBRE A ESTRUTURA E A ORGANIZAÇÃO DO ÓRGÃO. AUTONOMIA E INDEPENDÊNCIA. AÇÃO PARCIALMENTE PROCEDENTE. 1. A Associação Nacional de Defensores Públicos é legítima para ajuizar ação direta de inconstitucionalidade, porquanto configuradas a representatividade e a afinidade temática. 2. À luz dos postulados do federalismo e da separação dos poderes, é obrigatória a observância, pelos Estados e Distrito Federal, das normas de atribuição de iniciativa no processo legislativo previstas na Carta da República, independentemente da espécie normativa envolvida (CF, art. 25, e ADCT, art. 11). 3. É reservada à Defensoria Pública a iniciativa para instaurar processo legislativo que venha a dispor sobre sua estrutura e organização, sendo vedado ao Governador do Estado apresentar projeto de lei que vise à alteração da Lei Orgânica da instituição. 4. Convertida a apreciação do referendo da medida de urgência em exame de mérito, de modo a, confirmada a providência acauteladora, julgar-se parcialmente procedente o pedido formulado na inicial, declarando-se a inconstitucionalidade da Lei Complementar n. 180, de 15 de dezembro de 2014, do Estado do Paraná.

(ADI 5217, Relator(a): NUNES MARQUES, Tribunal Pleno, julgado em 22-08-2023, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-s/n DIVULG 27-09-2023 PUBLIC 28-09-2023)

Nesses termos, ratificada a competência do Defensor Público-Geral do Estado para iniciar o processo legislativo.

Em relação à Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, o autor apresenta a ESTIMATIVA DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO, anexada às fls. XX do processo legislativo, que declara *que o presente Anteprojeto não ocasiona qualquer impacto orçamentário imediato, haja vista que as medidas adotadas não tratam de criação de despesa automática, estando a implementação condicionada à disponibilidade orçamentária e financeira da Instituição, (...) informa que de acordo com os cálculos realizados, o impacto poderá atingir, no ano de 2025, a despesa estimada de até R$ 551.803,42 (quinhentos e cinquenta e um mil, oitocentos e três reais e quarenta e dois centavos) para o exercício 2025, aproximadamente R$ 3.662.832,28 (três milhões, seiscentos e sessenta e dois mil, oitocentos e trinta e dois reais e vinte e oito centavos) para o exercício 2026, e aproximadamente R$ 6.299.335,64 (seis milhões, duzentos e noventa e nove mil, trezentos e trinta e cinco reais e sessenta e quatro centavos) para o exercício 2027.*

Por fim, no que tange à técnica legislativa, o Projeto em análise atende os requisitos da Lei Complementar Federal n° 95/98, bem como, no âmbito estadual, da Lei Complementar n° 176/2014, as quais dispõem sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das Leis.

–

–

CONCLUSÃO

–

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei Complementar, tendo em vista sua **CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE**, bem como por preencher os requisitos de Técnica Legislativa.

Curitiba, 02 de dezembro de 2024.

DEPUTADO TIAGO AMARAL

Presidente

DEPUTADO GUGU BUENO

Relator

DEPUTADO GUGU BUENO

Documento assinado eletronicamente em 03/12/2024, às 17:43, conforme Ato da Comissão Executiva nº 2201/2019.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://consultas.assembleia.pr.leg.br/#/documento informando o código verificador **1054** e o código CRC **1A7A3D3E2E5C8AB**

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Pc Nossa Senhora De Salete SN - Bairro Centro Cívico - CEP 80530911 - Curitiba - PR - https://www.assembleia.pr.leg.br

INFORMAÇÃO Nº 18986/2024

Informo que o Projeto de Lei Complementar n° 13/2024, de autoria da Defensoria Pública do Paraná, recebeu parecer favorável na Comissão de Constituição e Justiça. O parecer foi aprovado na reunião do dia 3 de dezembro de 2024.

O projeto está em condições de prosseguir seu trâmite.

Curitiba, 3 de dezembro de 2024.

Maria Henrique de Paula
Mat. 40.668

ASSINATURA ELETRÔNICA

MARIA HENRIQUE

Documento assinado eletronicamente em 03/12/2024, às 17:51, conforme Ato da Comissão Executiva nº 2201/2019.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://consultas.assembleia.pr.leg.br/#/documento informando o código verificador **18986** e o código CRC **1A7F3A3D2F5D9FB**

DESPACHO - DL Nº 11698/2024

Ciente;

Encaminhe-se à Comissão de Finanças e Tributação.

Dylliardi Alessi
Diretor Legislativo

ASSINATURA ELETRÔNICA

DYLLIARDI ALESSI

Documento assinado eletronicamente em 04/12/2024, às 08:51, conforme Ato da Comissão Executiva nº 2201/2019.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://consultas.assembleia.pr.leg.br/#/documento informando o código verificador **11698** e o código CRC **1E7B3E3A2A5E9CE**

PARECER DE COMISSÃO Nº 1058/2024

PARECER AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 13/2024

Projeto de Lei Complementar nº 13/2024

Autor: Defensoria Pública do Estado do Paraná

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR N° 136, DE 19 DE MAIO DE 2011, QUE ESTABELECE A LEI ORGÂNICA DA DEFENSORIA PÚB1ICA DO ESTADO DO PARANÁ.

RELATÓRIO

O presente Projeto de Lei Complementar, que teve autoria na Defensoria Pública do Estado do Paraná e tem por objeto legislativo acrescentar e alterar dispositivos da Lei Complementar n° 136, de 19 de maio de 2011, que estabelece a Lei Orgânica Da Defensoria Púb1ica Do Estado Do Paraná.

Na Comissão de Constituição e Justiça o Projeto de Lei em análise recebeu parecer favorável, tendo sido aprovado.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Finanças e Tributação, em consonância ao disposto no artigo 42, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, manifestar-se sobre:

Art. 42. Cabe à Comissão de Finanças e Tributação manifestar-se sobre:

I – os aspectos financeiros e orçamentários públicos de quaisquer proposições que importem aumento ou diminuição de receita ou da despesa pública, Regimento Interno 37 quanto à sua compatibilidade ou adequação com o plano plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o orçamento anual;

II – as atividades financeiras do Estado;

III – a matéria tributária;

IV – os empréstimos públicos;

V – as matérias que disponham sobre a remuneração dos agentes políticos estaduais,

incluindo os secretários de Estado, os magistrados e os membros do Ministério Público e do Tribunal de Contas; e

VI – o atendimento aos requisitos da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

Sendo a competência de iniciativa legislativa respeitada e, com fidelidade às funções regimentais, sendo também clara a função dessa comissão parlamentar, segue-se com a análise de eventuais impactos financeiros ou orçamentários. O presente PLC, em visa reduzir a diferença percentual entre os subsídios recebidos pelas categorias de membros/as da Defensoria Pública do Paraná, a fim de promover maior equidade e reduzir a evasão de Defensoras e Defensores que prestam atividades em favor da população hipossuficiente do Estado, estabelecendo uma diferenção de 5% e 7,5% entre determinadas carreiras.

Segundo o Ordenador de Despesas, o presente Projeto de Lei, apresenta adequação orçamentária e financeira com o orçamento da Defensoria Pública do Estado do Paraná para o exercício de 2024, conforme contido na Lei Orçamentária n.° 21.862, de 18 de dezembro de 2023, e compatibilidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, aprovada pela Lei n.° 21.587, de 27 de junho de 2023, e com o Plano Plurianual - PPA, aprovado pela Lei n.° 21.861, de 18 de dezembro de 2023, para o período de 2024 a 2027, estando preenchidos os requisitos legais para sua aprovação, conforme Lei Complementar 101 de 04 de maio de 2000.

Visto a análise constitucional de legalidade trazida pela egrégia CCJ, esta comissão também pugna pela legalidade e aprovação do presente projeto.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opino pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei Complementar, tendo em vista a adequação dos preceitos legais ensejados de atuação desta Comissão de Finanças e Tributação.

Curitiba, 03 de dezembro de 2024

DEPUTADO MARCIO PACHECO

Presidente

DEPUTADO DELEGADO JACOVÓS

Relator

DEPUTADO DELEGADO JACOVÓS

Documento assinado eletronicamente em 04/12/2024, às 10:14, conforme Ato da Comissão Executiva nº 2201/2019.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://consultas.assembleia.pr.leg.br/#/documento informando o código verificador **1058** e o código CRC **1F7A3D3C3F1F8FB**

INFORMAÇÃO Nº 19014/2024

Informo que o Projeto de Lei Complementar n 13/2024, de autoria da Defensoria Pública do Paraná, recebeu parecer favorável na Comissão de Finanças e Tributação. O parecer foi aprovado na reunião do dia 4 de dezembro de 2024.

O projeto recebeu pareceres das Comissões a seguir indicadas e está em condições de prosseguir seu trâmite.

Comissões com pareceres **favoráveis:**

- Comissão de Constituição e Justiça; e

- Comissão de Finanças e Tributação.

Curitiba, 4 de dezembro de 2024.

Maria Henrique de Paula
Mat. 40.668

MARIA HENRIQUE

Documento assinado eletronicamente em 04/12/2024, às 10:48, conforme Ato da Comissão Executiva nº 2201/2019.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://consultas.assembleia.pr.leg.br/#/documento informando o código verificador **19014** e o código CRC **1D7F3D3A3E2D0EC**

DESPACHO - DL Nº 11722/2024

Ciente;

Encaminhe-se à Diretoria de Assistência ao Plenário.

Dylliardi Alessi
Diretor Legislativo

ASSINATURA ELETRÔNICA

DYLLIARDI ALESSI

Documento assinado eletronicamente em 04/12/2024, às 11:10, conforme Ato da Comissão Executiva nº 2201/2019.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://consultas.assembleia.pr.leg.br/#/documento informando o código verificador **11722** e o código CRC **1C7E3C3C3E2A0FE**